

A categoria “território” como elemento de autoadscrição étnica

Leandro Haerter *

Introdução

“[...] o território é ‘um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos’ [...]”¹

Este artigo consiste em uma versão modificada do Capítulo “Autoidentificação quilombola: estratégias de territorialização, laços de reciprocidade e Associação Quilombola” da Dissertação “Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua autoidentificação quilombola”², defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, em setembro de 2010.

A referida Dissertação investigou como se dá o processo de autoidentificação quilombola vivenciado pela comunidade negra rural Cerro das Velhas, situada na localidade da Armada, 5º Distrito do município de Canguçu, Brasil, identificando e analisando, entre outras questões, a noção de território como um dos principais elementos de seu processo de autoidentificação quilombola.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: leandro@pelotas.ifsul.edu.br.

¹ HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 51.

² HAERTER, Leandro. *Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua autoidentificação quilombola*. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Dessa forma, nesta oportunidade apresento dados etnográficos e teóricos acerca da categoria “território”, fortemente presente na realidade de autoidentificação quilombola do coletivo afrodescendente compreendido como “Cerro das Velhas”, identificando sua ancestralidade escrava, estratégias de territorialização e da importância da Associação Quilombola Cerro das Velhas neste processo.

Território, estratégias de territorialização, laços de reciprocidade, Associação Quilombola e autoidentificação quilombola

No contexto do pós-Abolição, surgem inúmeras comunidades negras rurais no território brasileiro, a partir de quilombos formados por negros fugidos do sistema escravocrata ou por domínios doados com ou sem formalização jurídica aos ex-escravos³.

Com a Constituição Federal de 1988, essas comunidades negras rurais adquirem uma grande visibilidade social e também política a partir, especialmente, do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que passou a criar a possibilidade concreta de registro e posse definitiva de suas terras tradicionalmente ocupadas⁴. Esta realidade concreta impulsiona o surgimento de novas identidades coletivas: os “remanescentes de quilombo” reconhecidos pelo Estado e os “quilombolas”, como essas comunidades geralmente se autoidentificam, tendo em vista suas trajetórias históricas e culturais, memórias e estratégias próprias.

Com a emergência dessas novas identidades coletivas, muitas reflexões, discussões e pesquisas no sentido de compreender melhor esses “novos sujeitos” se fazem necessárias, sobretudo suas condições de vida e processos de construção e reelaboração identitária. Além disso, acredito que esta discussão seja importante à medida que mostra um viés da resistência negra/permanência em determinado território, onde a temática “formação de quilombos” ainda apresenta aspectos historiográficos a serem considerados.

³ ANJOS, José Carlos Gomes; BAPTISTA DA SILVA, Sergio (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

Compreendendo “quilombola” não somente como categoria jurídica mas, sobretudo, identitária, como algo não dado *a priori* mas em constante construção, este artigo apresenta uma breve discussão acerca do conceito de território, experiências de ocupação/estratégias de territorialização da referida comunidade, apontando alguns elementos de construção de identidade étnica e ao mesmo tempo de autoidentificação quilombola, como a noção de “raça” negra, seus fortes laços de reciprocidade e a constituição da Associação Quilombola Cerro das Velhas como instrumento de articulação política.

Território

A concepção de território encontra-se prioritariamente pautada pela “natureza simbólica das relações sociais”⁵, de modo que território seja um elemento fundamental na construção de identidades. Os autores utilizam o termo “laço territorial” para mostrar que existem valores simbólicos (“éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”), além dos valores materiais existentes no espaço vivido; território inicialmente é “um valor”. Por estas razões, “[...] o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico”⁶.

Esta “lógica culturalista” ou “pós-moderna” que abrange o simbólico e a representação – elementos necessários para a compreensão do pertencimento dos indivíduos a determinado território, seu vínculo – favorece a reflexão acerca de tensões presentes no mundo contemporâneo, questão que fica descoberta em uma perspectiva cartesiana de território. Para o autor:

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder [...]⁷.

Assim, a compreensão do conceito de território inclui uma dimensão simbólico-identitária, em que as relações sociais ocorridas no espaço vivido e reivindicado acabam por ressignificá-lo constantemente. Neste sentido, considera esta realidade como “sentido relacional de território”⁸; território é relacional porque

⁵ HAESBAERT, 2006.

⁶ HAESBAERT, 2006, p. 51.

⁷ HAESBAERT, 2006, p. 54.

⁸ HAESBAERT, 2006.

é construído no seio das relações sociais, englobando poder, processos sociais e espaço vivido, práticas cotidianas, influência de agentes externos e a própria dinâmica do local. Inserido no conceito, está “o movimento, a fluidez, as conexões”.

Territorialidade e estratégias de territorialização na comunidade negra rural Cerro das Velhas

O Cerro das Velhas pode ser descrito como um território negro misto, formado por negros e “*alemães*”, entre outros, uma comunidade camponesa que mantém relações de complementação econômica⁹ com pessoas que circundam o meio urbano, principalmente com o centro de Canguçu e outros municípios geograficamente próximos como Cristal e Camaquã. A comunidade apresenta aproximadamente 45 famílias, tendo na agricultura, nas criações e nas aposentadorias rurais suas principais fontes de renda.

Em média, a quantidade de terras que cada família negra possui é de cerca de dois hectares de extensão, e as plantações em sua totalidade são para a subsistência, não visando à venda para o mercado urbano.

Há, nos termos de Weber¹⁰ a predominância na crença de uma “ancestralidade comum”, pois parte expressiva da comunidade – precisamente os negros de sobrenome Mendes – se reconhecem como descendentes dos ex-escravos das velhas escravocratas que deram origem à comunidade, a partir de uma “deixa” de terras. Não há, até onde a etnografia empreendida junto à comunidade tenha percebido, referência a nomes de ancestrais escravos, mas sim uma identificação bastante forte com as proprietárias de terras de sobrenome Mendes, senhoras ditas “bondosas”, que doaram suas terras aos ex-escravos, registrando os “negrinhos” com seu sobrenome, por isso, uma ancestralidade “por adoção”, conforme aponta a etnografia realizada.

Além disso, como observa Anjos e Baptista da Silva:

⁹ BARCELLOS, Daisy Macedo; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen et al. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

¹⁰ WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Vol. 1, Editora UnB, 1991, p. 267- 277.

A identidade das referidas comunidades negras rurais ou das denominadas terras de preto baseia-se na crença em uma origem comum, articulando-se internamente e mantendo uma regularidade nos padrões de comportamento. A identidade emerge a partir da afirmação dos sujeitos políticos que se organizam, como forma de reação a processos violentos que colocam essas coletividades em ameaça, além de serem mantidas sob opressão socioeconômica [...]¹¹.

Nessa perspectiva, a etnografia aponta a noção de território como categoria-chave na constituição de um espaço de sobrevivência das pessoas, de sua cultura, favorecendo a organização interna do grupo e de um estilo próprio, manifesto por seus costumes, tradições e uma memória coletiva vinculada nas velhas “bondosas”. Além disso, os recursos naturais e valores simbólicos são fundamentais para o reconhecimento dos membros da comunidade negra rural Cerro das Velhas enquanto um coletivo de negros rurais.

A constituição do território do Cerro das Velhas aconteceu pela deixa de terras por parte das velhas escravocratas a seus ex-escravos, fato presente na memória coletiva da comunidade, bem como pela concessão de alforria aos negros escravos somente após a morte de Maria Altina Mendes, uma das velhas escravocratas. Surge como um território negro a partir da doação de terras das velhas Mendes anteriormente pertencentes a elas a seus ex-escravos. Por conta disso, a memória coletiva acerca da escravidão no espaço hoje compreendido como o Cerro das Velhas remete, conforme as pessoas com as quais dialoguei durante a etnografia, a senhoras “bondosas”, “solteiras”, “sem descendentes”, “fazendeiras”, que deixaram suas terras aos seus ex-escravos.

Com o pós-Abolição, esses negros já ocupavam as terras de suas antigas donas, as velhas fazendeiras Mendes, a partir da memória coletiva da comunidade. No entanto, é preciso considerar que não foram poucas as narrativas em que apareceram relatos de que fazendeiros iam “empurrando com a barriga” as cercas de suas fazendas, ocupando assim parte das terras dos negros, em especial as mais propícias para a agricultura. Outro relato que segue o mesmo sentido excludente apresentado, é que “o negro aqui está em cima da pedra”, referindo-se à parte não agricultável do espaço, a parte que “sobrou” para eles ficarem e sobreviverem, em outras palavras, o pequeno espaço de terra que os fazendeiros não chegaram a ocupar, ou a “empurrar com a barriga” suas cercas. Em ambos os relatos, fica

¹¹ ANJOS; BAPTISTA DA SILVA (2004, p. 28).

evidenciada a questão da perda da terra por parte dos negros da comunidade negra rural Cerro das Velhas.

A etnografia realizada indica que a ocupação do território hoje compreendido como o Cerro das Velhas se deu pelos descendentes de seus ex-escravos e por suas famílias. Não por acaso, os afrodescendentes que vivem nesta localidade buscam se manter no território onde se preserva suas relações sociais. Assim, presume-se que os antigos ex-escravos e seus descendentes – os Mendes – permaneceram ocupando tradicionalmente as terras das antigas proprietárias – as velhas Mendes – tendo, como elemento primordial, a subsistência da família e, muito possivelmente, “negociações” com as velhas escravocratas a fim de constituir família e habitação. Esta observação é coerente como conceito de terras de preto¹², que relaciona diretamente a questão de domínios doados com ocupação tradicional de terras.

Associado a isso, a migração ocorrida nos últimos dois séculos entre essas pessoas, dessa localidade para outra (e vice-versa) ajuda a compreender a forma com que as terras são passadas de geração a geração. É comum os casais terem muitos filhos e um pequeno espaço de terra, de modo que não comporta a subsistência de todos. Nesse sentido, os mais velhos, ou morreram ou foram para outros municípios trabalhar. Muitos, assim, vão buscar trabalho e moradia em propriedades de outros ou nas periferias, estabelecendo-se fora da comunidade. Segundo Anjos e Baptista da Silva: “A migração tem a função explícita de garantir a reprodução simples da unidade camponesa, mas não chega a evitar a “reprodução negativa”, ou seja, menos terra para mais gente [...]”¹³.

É o caso de muitos negros do Cerro das Velhas que foram para “as cidades” com a intenção de uma vida melhor, muito embora nesta migração o fato das famílias disporem de poucas terras tenha sido a mola-propulsora da migração, pois não seria possível a subsistência de todos e mais suas famílias em tão pouco espaço. Muitos parentes encontram-se nos municípios do entorno, como Camaquã e Piratini, outros na grande Porto Alegre, trabalhando em granjas, fazendas, como prestadores de serviços gerais e pedreiros, domésticas e na economia informal. Também há casos de pessoas que se encontram em acampamentos do Movimento Sem Terra – MST – na expectativa de receberem terra.

¹² ALMEIDA, 2006.

¹³ ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 96.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a migração para outro município consiste em uma importante estratégia de territorialização por parte de irmãos e filhos de moradores da comunidade negra rural Cerro das Velhas, não apenas por que o parentesco constitui um critério êmico de pertencimento, mas, sobretudo, por este ser um movimento cíclico, ou seja, é comum o retorno dessas pessoas à comunidade, seja na forma de visitas ou de uma permanência maior, “reterritorialização” nos termos de Haesbaert (2006)¹⁴ dada a partir da fortificação do “laço territorial” na concepção do mesmo autor.

Durante o processo de pesquisa, observei que em se tratando de títulos/matrículas de terras, muitos falam na necessidade “*dos papéis*”, mas como a realização de inventário se torna um processo financeiramente dispendioso e, além disso, em geral há um grande número de irmãos para a divisão, o que vale para aquela realidade é o que fora acordado na própria família, tendo como lastro a memória coletiva. Todos respeitam porque foi acordado em família e é de conhecimento público.

A sucessão das terras, então, tem sido feita através de “acordos”, entre um filho que fica na terra e os demais que saem para um acampamento do MST, para trabalhar de peão em uma propriedade, para uma empreitada ou para morarem “*na cidade*” em busca de emprego. Esses aspectos consistem em uma importante estratégia de territorialização por parte dessas famílias.

É importante agregar sua ancestralidade como outro fator constituinte do território e, por sua vez, de sua autoidentificação quilombola. A forma como utilizam seu espaço e os conhecimentos tradicionais, transmitidos de geração a geração, acabam por favorecer uma ideia sobre territorialidade, vista pela ocupação ancestral e tradicional das terras. Além da herança ancestral, outra forma comum de constituir propriedade no Cerro das Velhas, é a partir da doação por amizade ou compadrio, em que a doação “de boca” de um pedaço de terra são bastante comuns.

A razão para as pessoas deixarem as terras devolutas, está, principalmente, à procura de outras oportunidades “*na cidade*” normalmente por disporem de pedaço de terra muito pequeno, que não seria suficiente para o sustento da família e do número de filhos, o que se configura na principal razão do “abandono”.

¹⁴ HAESBAERT, 2006.

Entretanto, cabe salientar que se trata de um abandono relativo, ou seja, áreas que podem ser reterritorializadas¹⁵ por integrantes da família ou por relações de amizade e compadrio. Muito provavelmente o avanço de cercas tenha se dado em razão da ausência de documentação das terras ou, como explicitam Barcellos, Chagas e Fernandes et al¹⁶, “[...] Diante da precariedade dos registros de escrituras, muitas terras foram lavradas às ocultas [...] ou ocorreu, ainda, a expansão de cercas para dimensões muito superiores às inicialmente adquiridas e registradas [...]”, forma muito apropriada da comunidade de Morro Alto se reportar à necessidade de documentação ou, como já referido acima na etnografia realizada junto a comunidade negra rural Cerro das Velhas, “empurrar com a barriga” e a importância da posse efetiva, através “dos papéis”.

No Cerro das Velhas, observei algumas casas de barreado, importantes pois dão uma noção de que as pessoas resistem naquele local há muito tempo. Uma interlocutora, reconhecida na região por saber construir casas de barreado, descreve o passo a passo da construção de uma casa de barreado. A descrição começa com o esposo e um vizinho fazendo os esquadros, depois cravando os esteios, em seguida as linhas (que vão apoiar os caibros) e logo após os caibros e a ripa (no caso de santa-fé, bambu ou taquara, e depois o arame). O pé do pau a pique é pregado no baldrame e a parte de cima na linha. Usa-se vassoura vermelha para trançar. Por fim, é só deixar o quadro da porta e janelas livres, se põe o barro entre as varas e está pronta uma casa de barreado. Com certeza, uma construção complexa cujo saber tradicional fora aprendido de geração a geração, que remonta a uma ciência, a uma memória negra. Muito provavelmente, por este motivo, muitas famílias fazem questão de manter suas casas de barreado, seja na forma de moradia propriamente dita, seja na forma de outros usos como galpões para a guarda de materiais de trabalho.

É comum entre os interlocutores haver um histórico de íntima relação com a terra, seja pelo tempo que trabalham em atividades agropastoris, seja por terem nascido lá e permanecido arraigados à mesma, seja por terem morado e trabalhado em outras atividades agrárias.

¹⁵ HAESBAERT, 2006.

¹⁶ BARCELLOS; CHAGAS; FERNANDES et al, 2004, p. 137.

Laços de reciprocidade e sistema de trocas

Nesta experiência etnográfica, pude perceber fortes exemplos de reciprocidade entre as famílias negras do Cerro das Velhas. Esta ajuda mútua foi percebida a partir do uso da terra, da água, da experiência coletiva de manutenção de uma lavoura comunitária, entre outros, traduzidos em sua vivência em comunidade. Os laços de reciprocidade remontam a uma tradição, tradição esta erigida quando o assunto autoidentificação quilombola se faz presente na comunidade.

Nessa perspectiva, torna-se apropriado fazer menção ao sistema de trocas apontado por Mauss¹⁷, em que coletividades trocam e contratam, muito além da nossa relação entre moeda e serviços. Uma “obrigação” de retribuir ou de presentear, cujo contrato é ritualizado entre a própria comunidade. Desse modo, a obrigação de dar, receber e retribuir é exaustivamente praticada e ritualizada por essa comunidade.

Um exemplo de prática que reforça seus laços de reciprocidade entre os moradores do Cerro das Velhas é o que se pode chamar de uso comum de água, ou seja, o fato das pessoas utilizarem a mesma cacimba, emprestando água a seus vizinhos lindeiros. Nas palavras do presidente da Associação Quilombola Cerro das Velhas:

“no geral, uma cacimba atende duas, três casas aí, dependendo da força da água. Aquela minha cacimba, se não exagerar, ela dá para outra casa. Só que já foi pedido, aquela senhora de idade ali, dessa família, a mãe dessa família toda a, embaixo. Ela pediu se não dava para mim encanar água, daqui dessa água, puxar um cano para ela, só que, daria para mim botar uma água [...] eu não me importo que ela ou outro vizinho qualquer venha com o balde aqui, buscar quantos baldes quiser, tem a, a água, Deus deu para todo o mundo, pode vir buscar e se quiserem vir lavar uma roupa aí no tanque pode lavar também, se quiserem tomar banho também, tomem banho aí, não me importo [...] então é solidário, vamos dizer, o pessoal não tem nada disso, se ajudam uns aos outros”.

O uso coletivo de água, então, é um exemplo dos fortes laços de reciprocidade criados e mantidos pelos negros da comunidade negra rural Cerro das Velhas, configurando-se na utilização de um recurso natural que subverte a lógica predominante.

¹⁷ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

Plantar em sociedade, também, é uma prática bastante frequente (ou, para usar um termo mais técnico, “parceria”). Algum vizinho que tenha mais posses contribui com a terra e com o lavrar utilizando cavalos, enquanto que a outra parte fica responsável pela semente, plantio e capina.

Muitos plantam na terra um do outro, plantam de sócio e se ganha uma porcentagem, já plantaram ganhando 20% ou até a metade da produção de feijão e de milho, por aproximadamente 5 anos, em uma terra de “*um senhor que não existe mais*”. Quanto o senhor entregava a terra lavrada e ajudava nos tratos culturais, o ganho era de 20% senão, se essa contrapartida do dono da terra não acontecia, o ganho era maior.

Mesmo havendo cercas separando as propriedades, mesmo elas sendo “privadas”, este processo é envolto por laços de reciprocidade, ou, como observa Godoi:

a noção de propriedade privada existente nesse sistema de relações sociais que estamos descrevendo é sempre revestida de laços de reciprocidade e caracterizada por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos, que são também parentes¹⁸.

O que orienta as lógicas são os princípios de reciprocidade que ajudam a compreender o sistema de trocas que lhe é próprio e no Cerro das Velhas essas relações aparecem com força.

Esta etnografia realizada junto a comunidade negra rural Cerro das Velhas, aponta outro forte exemplo de reciprocidade que está na chamada lavoura comunitária, que continua em funcionamento após decisão coletiva tomada em reunião. A lavoura comunitária é um projeto introduzido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA – bem recebido pela comunidade. As famílias que participam da lavoura comunitária ajudaram em todas as suas fases: preparo do solo, plantio, capina, colheita e divisão da produção entre os participantes. É, portanto, um espaço de produção coletiva.

Observou-se na lavoura comunitária que as relações de amizade e compadrio contribuem para o andamento do trabalho, no sentido de gestão da lavoura, em todas as suas fases, desde o plantio, tratos culturais e colheita. Ou ainda:

¹⁸ GODOI apud Anjos; BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 92.

Redes de relações de solidariedade transcendem a unidade dos troncos familiares, forjando outras relações que fundamentam a reciprocidade no compadrio e na amizade. Por toda essa teia de relações, é possível o estabelecimento de estratégias estáveis de complementação de atividades [...]¹⁹.

Nesta experiência coletiva com a lavoura comunitária, os associados participantes já plantaram batata, abóbora, cebola, feijão e mandioca. Parte dessa produção é armazenada em seus galpões ou cozinha, quando forem usar nos próximos dias.

Também é verdadeiro, a partir da noção de reciprocidade de Mauss²⁰, que a coesão social não acontece de forma imposta, mas sim de maneira espontânea, muitas vezes, através das práticas de ajuda mútua e troca de favores entre os membros da comunidade negra rural Cerro das Velhas, práticas que se estabelecem em função das afinidades e projetos de vida. Assim, o uso comum de água, de terra, a lavoura comunitária, e as negociações internas constituem-se as principais formas de trocas na perspectiva de reciprocidade que percebemos nesta etnografia.

Pode-se perceber, então, que os laços de reciprocidade são importantes dentro da realidade etnografada, em especial por se tratar de práticas e saberes tradicionais, muitas vezes, lembrado como “*coisa de quilombola*” e vinculado à sua definição como tal.

A Associação Quilombola Cerro das Velhas

A iniciativa de fundar uma associação quilombola surgiu dentro de um momento histórico bastante específico: um momento em que as discussões sobre os direitos das comunidades negras remanescentes de quilombo ganham força, num contexto nacional como um todo.

A criação da Associação Quilombola Cerro das Velhas teve apoio de um agente externo, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, através de reuniões frequentes com a comunidade e também pela continuidade de trabalhos já realizados com a mesma, relacionados a questão da agricultura.

¹⁹ ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 92.

²⁰ MAUSS, 1974.

Os associados têm na Associação seu órgão político máximo. É em suas reuniões que se realizam debates em torno dos problemas da comunidade e sobre questões fundiárias, tornando visível seu processo de reivindicação. Este espaço reúne sua luta, desejos e expectativas, em torno de uma causa. Causa que não se esgota na questão quilombola, mas trata também de seu cotidiano e de problemas da comunidade, evidenciando a necessidade de se serem reconhecidos como sujeitos históricos.

Entendem que o momento atual favorece a retomada de dívidas históricas para com a população negra brasileira, juridicamente falando. Comentam em uma dada reunião que se sentiam praticamente “invisíveis” durante muito tempo e que, atualmente, se debate racismo e cotas, se estimula a formação de associações quilombolas e que esta realidade favorece, inclusive, sua visibilidade social e política como quilombolas e a possibilidade de posse das terras que ocupam.

Entre um dos seus objetivos do Estatuto Social da Associação Quilombola Cerro das Velhas está “I-Buscar o reconhecimento da comunidade negra do Cerro das Velhas, verdadeiros remanescentes de Quilombos, perante os órgãos públicos, conforme Legislação em vigor”²¹.

A Associação Quilombola Cerro das Velhas foi fundada em 13 de janeiro de 2007, entretanto, os membros da comunidade já participavam, antes desta data, de outra Associação, na comunidade da Armada, a qual reunia os três núcleos da localidade da Armada, quais sejam: o Cerro Pelado, o Campo do Estado e o Cerro das Velhas.

Contudo, a fundação de outra associação, a Associação Quilombola Cerro das Velhas, aconteceu por motivos de discordâncias internas entre os próprios membros quando da participação na primeira Associação Quilombola.

Houve então, uma desterritorialização²² no momento em que o moradores da comunidade negra rural Cerro das Velhas decidem afastar-se da Associação Quilombola da Armada e constituir a Associação Quilombola Cerro das Velhas. Também é possível pensar no processo de reterritorialização²³ na constituição da

²¹ ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA CERRO DAS VELHAS. Estatuto Social. 2007, (mimeo.), p. 1.

²² HAESBAERT, 2006.

²³ HAESBAERT, 2006.

Associação Quilombola Cerro das Velhas como instrumento essencial de articulação política.

A partir das narrativas observadas no transcorrer das várias reuniões a que assisti, fica reiterada a vontade de que a comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo, mesmo porque percebem seu território como tradicionalmente ocupado. Muito embora seja necessário reconhecer a existência de projetos individuais e familiares, como a busca de acampamentos e assentamentos do MST, bem como a “*cidade*” como tentativa de melhorar as condições de vida e futuro de seus filhos.

Os afrodescendentes do Cerro das Velhas entendem que as terras necessitam ser regulamentadas, eles precisam “*dos papéis*”, por mais que suas terras sejam tradicionalmente ocupadas com uma sucessão própria. Nesse sentido, a Associação também possibilita a ampliação das informações acerca da própria condição étnica colocando um projeto que se apresenta como reivindicador de outra categoria que é a quilombola.

Os associados entendem que a discussão sobre regulamentação é uma discussão *a posteriori*, a partir do momento do reconhecimento formal perante o Estado. Em termos de conquistas familiares aspiram a uma vida melhor, capaz de trazer benefícios a fim de melhorar a vida de várias famílias negras do Cerro das Velhas, pessoas que acreditam na comunidade e “*na possibilidade de vir alguma coisa do Governo Federal*”, entre elas, terra.

A contribuição da Associação Quilombola Cerro das Velhas para o processo de autoidentificação da comunidade enquanto quilombola e também para o reconhecimento como tal tem sido de extrema importância, pois enquanto órgão político ela tem ajudado em primeiro lugar porque os que estão dentro da Associação se autorreconhecem como quilombola. De acordo com o presidente da Associação Quilombola Cerro das Velhas: “*os que estão dentro da comunidade, eles se reconhecem, se auto reconhecem, como remanescentes de quilombo [...] os que estão dentro da comunidade e são sócios, atualmente, todos estão conscientes do que são*”.

Assim, a Associação Quilombola Cerro das Velhas constitui-se como órgão político da comunidade negra rural Cerro das Velhas. É o espaço político onde se debate realidades e problemas da comunidade, sobretudo, a articulação da mesma

na busca por seus direitos, especificamente, a condição legal de remanescente de quilombos.

A realidade da autoidentificação quilombola

“*Aqui nós somos quilombolas*”, “*somos negros*”, “*descendentes de escravos*”, “*eu sou negro porque a minha mãe era negra*”, são frases recorrentes na comunidade negra rural Cerro das Velhas, quando se faz referência à questão quilombola. Ser negro, ser reconhecido como negro ou ser da “*raça*” negra dentro da referida comunidade é um critério êmico e pertencimento, condição primeira para que assumam uma identidade quilombola.

Muito embora seja necessário considerar que não existam “*raças*” humanas e sim uma *raça humana*²⁴, além deste conceito ser em si mesmo indeterminado, o termo tem grande popularidade e abrangência nativa e opera em distintas realidades empíricas. Como afirma Guimarães²⁵, “[...] no tocante à espécie humana, não existem ‘*raças*’ biológicas, ou seja, não há no mundo físico e material nada que possa ser corretamente classificado como ‘*raça*’ [...]”.

A forma como se constrói o processo de autoidentificação quilombola hoje acontece a partir da memória coletiva acerca de uma história, e no debate e participação efetiva no processo mais amplo de reivindicação de seus direitos, categorias presentes na estrutura de significação²⁶ dos membros da comunidade. Então, nesta perspectiva de território²⁷ adotada nesta etnografia, a identidade adquire caráter central.

Fundamental para a compreensão da noção de autoidentificação na realidade investigada é a ênfase na identidade cultural como resultado de uma construção social²⁸. Nesta perspectiva apontada pelos autores, não se pode buscar

²⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002. SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Edufba/Pallas, 2003.

²⁵ GUIMARÃES, 2002, p. 48.

²⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

²⁷ HAESBAERT, 2006.

²⁸ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo:

uma identidade ou uma autoidentificação como algo único, reduzido ou encerrado em uma única perspectiva/definição. É preciso considerar o complexo do todo social. A identidade assim como o processo de autoidentificação é fluído e se (re)constrói constantemente a partir das relações com os grupos e as diversas situações que a vida apresenta.

Na perspectiva adotada por Barth²⁹, é de fundamental importância a compreensão da organização social, não apenas como critério de distinção, mas, especialmente, pela atribuição ou assunção de determinada identidade básica geral, em que a origem tem influência significativa e na organização do grupo. “[...] os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas [...]”³⁰.

Para Cuche³¹, a identidade social pode ser compreendida como uma série de vinculações de um indivíduo dentro de uma estrutura social específica, precisamente diferentes vinculações a grupos e categorias identitárias. Em seus termos: “[...] A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”³². Esta perspectiva subjetivista assumida pelo autor chama a atenção para o viés variável da identidade e por esse motivo, adverte a necessidade de utilização do termo identidade em um sentido relacional.

A partir de Barth³³ e de Cuche³⁴, pode-se compreender, inclusive, que fazer parte de uma cultura específica, não significa, via de regra, possuir uma identidade única. Esta formulação teórica possibilita compreender o porquê, nos mais distintos contextos sociais, determinado grupo aciona ou afirma determinada identidade em detrimento de outras. O encontro de uma única identidade reduziria a heterogeneidade cultural da coletividade.

Em outras palavras, a coletividade não está encerrada em uma única dimensão da identidade, mas se encontra constantemente se resignificando e,

UNESP, 1998, 183-227. CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 175-202.

²⁹ BARTH, 1998,

³⁰ BARTH, 1998, p. 189.

³¹ CUCHE, 2002.

³² CUCHE, 2002, p. 177.

³³ BARTH, 1988.

³⁴ CUCHE, 2002.

muitas vezes, acionando uma em detrimento de outra, justamente em razão da fluidez que a identidade apresenta.

Essa compreensão de “identidades” e não de “identidade”, é importante para a análise de comunidades negras rurais que estejam tomando visibilidade social pela sua autoidentificação como quilombola, favorecendo a compreensão de que determinada identidade emerge com maior força quando grupos reforçam sua pertença através de categorias políticas, na construção de um nós coletivo³⁵.

Outro aspecto a ser reconhecido, é que o conceito quilombola é um conceito “de fora”, mas que se torna êmico em razão de seus usos e da própria articulação política dentro da comunidade e fora dela. Foram muitas as vezes que percebi que a questão quilombola encontra-se relacionada a noção de projeto e conquista de direitos. Nesta perspectiva, “O território é mais um lugar de investimento de projetos, desejos, representações, comportamentos [...] é o investimento do desejo no ritmo temporal muito próprio de um lugar [...]”³⁶.

Assim, a questão do território, dentro de um olhar quilombola, contempla suas expectativas, desejos, expectativas de um futuro melhor, ou, em outras palavras, seus projetos, e a noção de autoidentificação quilombola está diretamente relacionada à noção de raça e vinculação étnica.

Sua identidade quilombola e formas de resistência encontram-se calcadas nas diversas experiências que constituem e trocam cotidianamente, tendo em vista a emergência “dos quilombolas” como novos sujeitos políticos no contexto histórico nacional.

O reconhecimento de que aquelas terras haviam sido de propriedade das velhas escravocratas que deram origem à comunidade já oferece uma importante indicação de possibilidade de comunhão de terras e, quiçá, uso coletivo de água, de lavouras, etc. As pessoas mais velhas da comunidade reforçam o pensamento de que a “bondade” das velhas teria sido o fato preponderante na doação das terras. Isto é presente na memória coletiva do grupo e na constituição do seu território. Também é fundamental reconhecer que a memória coletiva da comunidade negra rural Cerro das Velhas em torno das velhas escravocratas que deram origem a esse coletivo e, sobretudo, a identificação da comunidade como um espaço negro,

³⁵ NOVAES, Sylvia. *Jogo de espelhos*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 21-74.

³⁶ ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 73.

quilombola, calcado na sua ancestralidade negra, memória e territorialidade, torna possível a manutenção de laços de reciprocidade desencadeando em projetos como lavoura comunitária e a própria Associação Quilombola Cerro das Velhas.

Muito além de sua reprodução física e material, é importante que se reconheça o elemento simbólico como construtor do território; a identidade quilombola ou o processo de autoidentificação quilombola vem sendo construído no próprio cotidiano das pessoas, buscando seus direitos e garantia legítima da propriedade, ou, aproximando de Haesbaert³⁷, territorialização e vinculada à memória coletiva da comunidade.

Com base no trabalho etnográfico realizado, pode-se afirmar que estão vivenciando uma experiência quilombola, com algumas tensões. Através da participação em reuniões da Associação Quilombola Cerro das Velhas, representação da comunidade em diversas instâncias, troca dessas experiências quilombolas com os associados e seu cotidiano, expresso em seu dia-a-dia na qualidade de uso/ocupação e vivência em seu território. Quilombola não é, nem poderia ser, uma categoria dada *a priori* e sim vivida no cotidiano, como suas devidas tensões, relações de poder e hesitações.

A noção de território, dessa forma, adquire centralidade na discussão sobre o processo de autoidentificação quilombola entre os negros do Cerro das Velhas, tanto no que se refere a quilombo, acampamento e periferia dos municípios do entorno. Isto porque as pessoas que lá vivem possuem sentimento de pertença à própria comunidade, são ligados por laços de parentesco, no caso, em sua maioria, os negros Mendes descendentes dos ex-escravos das velhas escravocratas e pela própria da categoria “quilombola”, ainda em processo de acomodação dentro da comunidade, de onde deriva sua autoidentificação quilombola e, ao mesmo tempo, a atribuição desta categoria por agentes externos. De modo que pude reparar em minha etnografia, a categoria negro é êmica, enquanto que a categoria quilombola, externa, mas aos poucos sendo acomodada nos pensamentos dessas pessoas.

Pelo que foi relatado até o momento, é imprescindível destacar a “Cerimônia de Entrega das Certidões de Autodefinição – Comunidades Quilombolas”, evento realizado na cidade de Pelotas, no Tourist Executive Hotel, no dia 19 de fevereiro de 2010. Com representantes da FCP, do CAPA e de

³⁷ HAESBAERT, 2006.

políticos locais, foram entregues as respectivas Certidões de Autodefinição a 24 comunidades da Zona Sul do RS, através de seus representantes. Este foi um momento de muita felicidade aos presentes, pois o recebimento deste importante documento reflete a conquista de um passo fundamental para a aquisição de seus direitos.

As comunidades certificadas naquele 19 de fevereiro foram: Tamanduá e Vila da Lata em Aceguá; Quilombo do Candiota em Candiota; Estância da Figueira e Cerro das Velhas em Canguçu; Serrinha do Cristal em Cristal; Vó Ernestina em Morro Redondo; Várzea dos Baianos, Solidão e Bolsa do Candiota em Pedras Altas; Algodão, Vó Elvira e Alto do Caixão em Pelotas; Rincão do Quilombo em Piratini; Tio Dô em Santana da Boa Vista; Picada, Rincão das Almas, Monjolo, Torrão e Coxilha Negra em São Lourenço do Sul; Mutuca em Turuçu; Vila Progresso em Arroio do Padre; Madeira em Jaguarão; e Lichiguana em Cerrito.

Este evento propiciou um reencontro entre lideranças de comunidades da Zona Sul do Rio Grande do Sul e troca de experiências acerca de suas Associações Quilombolas, organização social e projetos políticos. Também foi um momento de forte visibilidade social e política dessas comunidades negras rurais que se encontram atualmente reivindicando seus direitos territoriais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que mais recentemente a atribuição de quilombolas, seja pela comunidade ou por agentes externos, acaba se incorporando de modo a tornar-se êmico na cotidianidade dos seus processos, quando tem sido erguida com maior força. Um exemplo disso seria a participação dessas pessoas nas reuniões da Associação Quilombola Cerro das Velhas como organização social³⁸ ou quando alguma liderança desta representa a comunidade seja no Fórum de Agricultura Familiar, seja em eventos organizados pelo CAPA. Esta realidade pode ser vislumbrada na sua organização política através da Associação e na relação com agentes externos e pesquisadores de universidades, como a Universidade Federal de Pelotas, além da articulação com outros setores da sociedade, como é o caso do Movimento Social Negro.

O processo de autoidentificação como quilombola ainda sofre de interrogações e incertezas para a comunidade. Faz parte de um processo mais

³⁸ BARTH, 1998.

amplo de autodefinição como negro, cuja crença na ancestralidade comum incorpora a noção de quilombola, conceito novo, mas tornado êmico sendo elaborado e acomodado através do seu uso constante e potencial de reivindicatório. Assim, a construção da autoidentificação quilombola no que tange à comunidade negra rural Cerro das Velhas está em processo de elaboração na própria realidade social na qual as pessoas se encontram inseridas.

Considerações finais

Neste texto, procurei tratar da especificidade do conceito de território na perspectiva mais ampla da autoidentificação quilombola, apresentando a categoria território como um dos elementos que, marcadamente, favorece o processo de autoidentificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas.

A partir dos dados etnográficos da pesquisa, pode-se supor que os ancestrais dos negros Mendes da comunidade negra rural Cerro das Velhas, filhos de criação das velhas escravocratas, realizavam negociações com estas no sentido de conquistarem espaço para construir moradia, lavouras e família.

Os marcadores identitários identificados são atravessados pelo reconhecimento de uma identidade anterior à quilombola: sua identidade como negros. Em outras palavras, a condição e a autoidentificação como negros é anterior à autoidentificação quilombola. Esta última – um conceito até bem pouco tempo externo à comunidade – está sendo acomodado aos poucos, de modo a tornar-se êmico.

O processo de autoidentificação quilombola tem sido afirmado, construído e reconstruído cotidianamente em suas práticas e relações sociais em que o parentesco, a memória coletiva e uma origem comum tornam-se elementos fundamentais da identidade. Embora o passado comum e sua ancestralidade escrava, entre outros aspectos, destacam a autoidentificação quilombola, esta categoria não é exclusiva na realidade investigada; em determinadas circunstâncias acionam outras identidades, pelo próprio caráter polissêmico e fluido que a noção de “identidade” apresenta.

Por fim, o processo de autoidentificação quilombola ainda sofre de interrogações e incertezas para a comunidade. Além disso, a autoidentificação

encontra-se hierarquicamente situada em um processo no qual o “ser negro” absorve o “ser quilombola”, por ser anterior e interno às relações sociais da comunidade: o conceito quilombola é um conceito “de fora”, mas que se torna êmico em razão de seus usos e da própria articulação política dentro e fora da comunidade. Assim, a construção da autoidentificação quilombola no que tange à comunidade negra rural Cerro das Velhas, está em processo de elaboração e ressignificação na própria realidade social na qual as pessoas se encontram inseridas e na relação de trocas com outros agentes.

Referências

ANJOS, José Carlos Gomes; BAPTISTA DA SILVA, Sergio (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA CERRO DAS VELHAS. *Estatuto Social*. 2007, (mimeo.).

BARCELLOS, Daisy Macedo; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen et al. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998, 183-227.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n° 15, pág. 209-235, julho de 2001.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 175-202.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

HAERTER, Leandro. *Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua autoidentificação quilombola*. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 43-71.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

NOVAES, Sylvia. *Jogo de espelhos*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 21-74.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Edufba/Pallas, 2003.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Vol. 1, Editora UnB, 1991, p. 267- 277.

[recebido em maio 2012;
aceito em agosto 2012]

A categoria “território” como elemento de autoadscrição étnica

Resumo

O texto que segue apresenta e discute alguns dados etnográficos e teóricos acerca da categoria “território”, que adquire centralidade no que se refere ao processo de autoidentificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas. Nesse sentido, a partir do método etnográfico, desenvolvemos alguns elementos deste processo, como a ancestralidade escrava, as estratégias de territorialização, os laços de reciprocidade e a importância da Associação Quilombola Cerro das Velhas no processo de autoadscrição étnica deste coletivo afrodescendente. Assim, destaca-se que “quilombola” é um conceito externo à comunidade, que vai sendo incorporado aos poucos em sua realidade cotidiana e o processo de autoidentificação quilombola encontra-se em processo constante de elaboração, permeado por movimentos e fluidez.

Palavras-chave

Autoidentificação quilombola. Memória coletiva. Ancestralidade escrava. Territorialidade.

The category "territory" as element of self ethnic adscription

Abstract

The following text presents and discusses some theoretical and ethnographic data about the category "territory", which acquires centrality in relation to the marron self-identification of Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas. In this sense, from the ethnographic method, developed some elements of this process, as the slave ancestry, the strategies of territorialization, the bonds of reciprocity and the importance of the Associação Quilombola Cerro das Velhas in the process of ethnic self-ascriptio of this group of African descent. Thus, it is emphasized that "maroon" is a concept foreign to the community which will be incorporated gradually into your everyday reality and the process of marron self-identification is in constant process of development, permeated by movements and fluidity.

Keywords

Marron self-identification. Collective memory. Slave heritage. Territoriality.